

O ENDIVIDAMENTO ENTRE MILITARES COMO UMA EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL: Um estudo de caso da Polícia Militar do Estado do Pará

Fabiana Flores Rodrigues¹

Resumo: O presente artigo é uma síntese do Trabalho de Conclusão de Curso, no qual se discutiu a relação do Serviço Social e endividamento financeiro entre os militares da Polícia Militar do Estado do Pará (PMPA). O estudo utilizou de procedimentos metodológicos quanti-qualitativo, baseados em pesquisas bibliográficas, documental, estudo de caso e levantamento de dados com aplicação de questionário: participaram da coleta de dados 160 policiais militares. Com o objetivo de caracterizar a situação socioeconômica dos PMs para levantar hipótese do que levam estes indivíduos ao endividamento. Por fim, foram delineadas as estratégias do Fundo de Assistência Social da Polícia Militar do Pará (FASPMPA), assim como suas ações, com a finalidade de abordar suas ferramentas de intervenção social por meio de discussão com o embasamento teórico característico.

Palavras-chave: Serviço Social. Endividamento. Polícia Militar.

Abstract: The present article is a synthesis of the Undergraduate Thesis, which discussed the relationship between Social Work and financial indebtedness among military personnel of the Military Police of the State of Pará (PMPA). The study employed quantitative and qualitative methodological procedures, based on bibliographic and documentary research, case studies, and data collection through a questionnaire: 160 military police officers participated in the data collection. The objective was to characterize the socioeconomic situation of the MPs to hypothesize the factors leading to their indebtedness. Finally, the strategies of the Social Assistance Fund of the Military Police of Pará (FASPMPA) were outlined, as well as its actions, with the aim of addressing its social intervention tools through discussions based on characteristic theoretical foundations.

Keyword: Social Work, Indebtedness, Military Police.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho versa sobre o endividamento como uma expressão da questão social, a partir disso busca levantar a caracterização socioeconômica da Polícia Militar do Estado do Pará (PMPA), dentro de uma perspectiva de reformulação das normas e estrutura organizacional. Desse modo, a pesquisa buscou abordar: a relação do Serviço Social e endividamento financeiro entre os militares da PMPA, assim como explorar as combinações de fatores específicos associados a essa profissão e as pressões financeiras que podem determinar ao endividamento dos membros da corporação.

¹ Bacharela em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará. Email: Fabiana.rodrigues@icsa.ufpa.br.

O estudo utilizou de procedimentos metodológicos quanti-qualitativo, baseados em pesquisas bibliográficas, documental, estudo de caso e levantamento de dados com aplicação de questionário. A coleta de dados se deu por meio de roteiro de perguntas com respostas de múltiplas escolhas com o objetivo de caracterizar a situação socioeconômica dos PMs para levantar hipótese do que levam estes indivíduos ao endividamento, teve um contingente de 160 participantes no questionário, tendo em vista um universo de aproximadamente 17 mil policiais presentes no Estado.

A pesquisa visa contribuir para a compreensão mais ampla do endividamento dos militares como um problema social complexo e proporcionar *insights* valiosos para assistentes sociais, formuladores de políticas, acadêmicos e todos os interessados em promover o bem-estar dos militares e suas famílias.

2 ENDIVIDAMENTO ENTRE MILITARES

Nas últimas décadas, o endividamento tornou-se uma preocupação cada vez mais premente em muitas instituições militares em todo o mundo. De acordo com os dados do Banco Central (2018), os servidores públicos contratam, em média, diariamente, R\$ 26,8 milhões em financiamentos em desconto em folha e devem, em média, R\$ 15,7 mil cada um. Este fenômeno complexo não se limita apenas a países em desenvolvimento ou em situações de conflito, mas também afetam nações altamente industrializadas e com orçamentos de defesa substanciais.

No que tange aos servidores públicos, pelo decreto nº 8.690/2016, é estabelecido o limite máximo de 35% da remuneração em empréstimos com desconto em folha. Todavia, os militares não se enquadram nessa legislação, apresentando regulamentação própria, podendo assumir empréstimos que comprometam até 70% de seus proventos, o que se configura em uma poderosa alavanca para um nível de endividamento superior aos demais servidores públicos.

Enfrentar desafios financeiros significativos, dentro de uma instituição militar pode comprometer a eficácia e bem-estar do militar, afetando diretamente a capacidade de cumprir suas missões e desencadeando uma série de questões sociais e emocionais, como Portela e Bughay (2007) argumentam que as dificuldades causadas pela falta de dinheiro afetam diversos militares das instituições, desde fatores físicos e motivacionais até a perda de renda durante o trabalho.

Devido às políticas econômicas que estimulam o consumo, e a propensão de consumir primeiro e quitar depois, permitem a possibilidade de parcelamento com juros, e em atrasos,

o possível efeito negativo. Em vista disso, o consumo com o pagamento ulterior, enquadra-se na definição de endividamento, pois torna-se uma despesa pendente (MACHADO, 2022).

A partir desse cenário, é possível evidenciar que o servidor público obtém diversos benefícios como a Lei nº 10.820/03 que estabelece a implementação do empréstimo consignado para o servidor público proporcionando, sob autorização, descontos facultativos diretamente do contracheque. Embora, a Lei nº 13.172/15 estabelece e amplia o limite de desconto automático na folha de pagamento para esta modalidade (margem consignável), de 30% para 35% da remuneração bruta.

Para Soares *et al.* (2017), com as facilidades que os servidores públicos têm na contratação de créditos tornam-se suscetíveis ao endividamento excessivo, por comprometer sua renda, gerando impactos negativos em sua qualidade de vida e estabilidade social, psíquica e dificuldades no trabalho. Acrescenta ainda, que os fatores relacionados a isto, podem se dar por falta de educação financeira, a pressão social em manter um padrão de consumo exacerbado, a falta de planejamento e outros.

Ferreira (2018) afirma que em virtude do acúmulo de dívidas comprometendo sua remuneração em detrimento de necessidades básicas, o trabalhador se encontra em uma situação no qual se vê obrigado a ir em busca de um novo crédito para garantir sua subsistência, por consequência acaba entrando nesse ciclo provocando uma redução progressiva em sua condição de vida. No entanto, a autora evidencia que o endividamento da classe trabalhadora, que também abrange os servidores públicos, vai além da ideia de má administração pessoal, para além disso, está nas contradições da ordem burguesa e confronta a fetichização financeira.

Em 2021, durante o período da pandemia causada pela COVID-19, no meio de incertezas e de seus graves efeitos nas finanças familiares, o Diário Oficial da União publicou a Lei nº 14.131/21, que ampliou a margem consignável para 40% até o prazo de dezembro de 2021, essa norma atingiu tantos servidores públicos ativos e inativos, quanto os militares das Forças Armadas.

Nesse ângulo, as medidas indicaram a preocupação das autoridades públicas para o problema do endividamento, que a princípio configurou-se como alternativa menos gravosa, pois substituiu a dívida do cartão de crédito pelo consignado, contudo, essa substituição não vem acompanhada de mudanças de mentalidade e atitude, e o resultado costuma ser desfavorável na condição de endividamento (LOUREIRO, 2021).

Para corroborar, no estudo realizado com os policiais militares do estado do Rio Grande do Norte, o pesquisador apurou que as principais causas do endividamento dos

policiais militares do estado são: compra de carro ou casa (54,4% dos respondentes), compras de bens de consumo (27,2% dos respondentes) e má gestão da renda (19,4% dos respondentes). Além disso, o texto também destaca que muitos policiais militares gastam mais do que recebem, o que contribui para o desequilíbrio financeiro e o alto endividamento (Farias, 2022). Diante do exposto, o autor revela ainda que algumas das causas para que se chega ao endividamento é:

A cultura consumista presente na sociedade capitalista e de consumo, expõe as pessoas diariamente a um cenário de consumo excessivo e acesso facilitado ao crédito, sem que elas possuam ferramentas para tomarem decisões conscientes de consumo. (Farias, 2022. p. 30)

Muller (2010) afirma que pessoas que contraem dívidas acabam por comprometer de forma significativa sua renda, podendo não conseguir cumprir com seus compromissos financeiros. Embora, muitos indivíduos consigam retomar o equilíbrio de suas vidas, outros necessitam de ajuda e outros terão que carregar consigo o estigma de endividados (FERREIRA, 2006). No entanto, Muller (2010) reitera que o endividamento independe da classe social do sujeito e o consumo pode representar a busca pelo *status* social, considerado elevado em nossa cultura, que prejudica a necessidade de estabilidade econômica e social.

A dificuldade dos policiais com o controle das finanças não é um problema exclusivo da PM ou das instituições militares, como já foi exposto. É um problema social que afeta diversas famílias brasileiras (THIESEN; VILLELA, 2017).

Nesse âmbito, no Estado do Pará, em análises feitas pelo FASPMPA (s.d), o setor de Serviços Reembolsáveis evidenciou que os créditos bancários, que anteriormente eram usados para resolver situações emergentes, agora passam também a ser usado para realização de pequenos investimentos empresariais, ou para reforma de imóveis, uso em datas comemorativas, entre outros. Em vista disso, foi possível deduzir que houve um amplo processo de endividamento dos policiais militares, visto que, com base nos salários houve o comprometimento destes em detrimento das mensalidades assumidas, posto que o desconto é automático no contracheque.

3 CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA E O ENDIVIDAMENTO NO CENÁRIO DA PMPA

Para compreender a situação financeira dos policiais militares foram realizadas buscas na base de dados disponibilizada pelo SEPLAD, esta por sua vez, torna público os valores de remuneração base, vencimento bruto e líquido de cada militar vinculado à corporação. Para fins de contextualização os dados foram segmentados por posto/graduação.

Tabela 1 - Média de Valor Líquido e Remuneração Base por posto/graduação

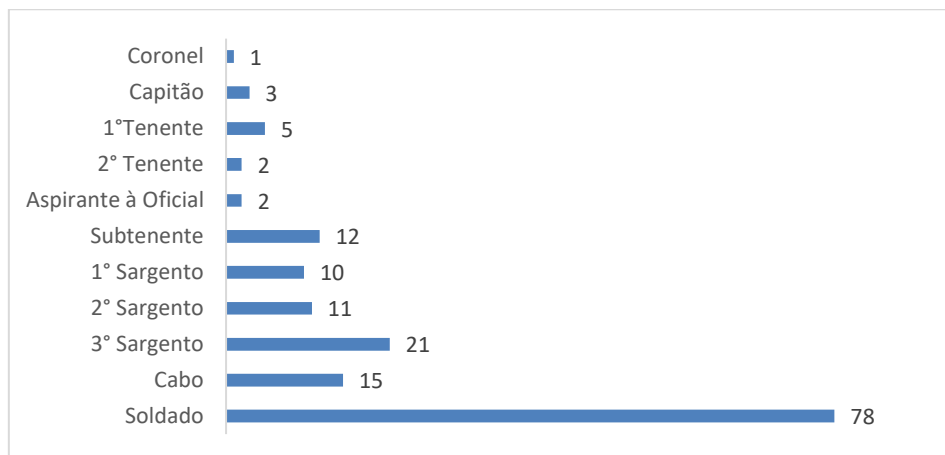
Graduação	Remuneração Base (MED)		Valor Líquido (MED)	
Coronel	R\$	25.864,78	R\$	18.277,85
Tenente-coronel	R\$	24.405,55	R\$	15.251,26
Major	R\$	19.195,47	R\$	12.659,41
Capitão	R\$	12.792,13	R\$	9.992,68
1º Tenente	R\$	13.596,90	R\$	9.806,79
2º Tenente	R\$	11.442,53	R\$	12.289,46
Asp. A oficial	R\$	6.589,16	R\$	6.623,09
Subtenente	R\$	6.382,74	R\$	5.984,62
1º Sargento	R\$	6.515,61	R\$	5.838,68
2º Sargento	R\$	7.360,21	R\$	6.161,91
3º Sargento	R\$	7.330,68	R\$	6.306,48
Cabo	R\$	6.551,94	R\$	5.935,43
Soldado	R\$	6.010,41	R\$	5.996,14

Fonte: SEPLAD, 2023 (Elaborado pela Autora).

Esta tabela é de grande relevância para se ter uma noção da fonte de renda característica dos policiais militares, assim como compreender a magnitude do endividamento financeiro, visto que os servidores públicos, civis ou militares, são avaliados com preferência pelas instituições financeiras e estas oferecem facilidades maiores para aquisição dos produtos financeiros. Essas facilidades em receber créditos, empréstimos consignados e financiamentos com taxas menores incentivam ainda mais a decorrência do endividamento dentro da força (LUCENA, 2019).

É importante identificar o/a posto/graduação dos policiais militares que responderam ao formulário, disponibilizado pelo período de dois meses do ano de 2023, tal informação é explicitada abaixo.

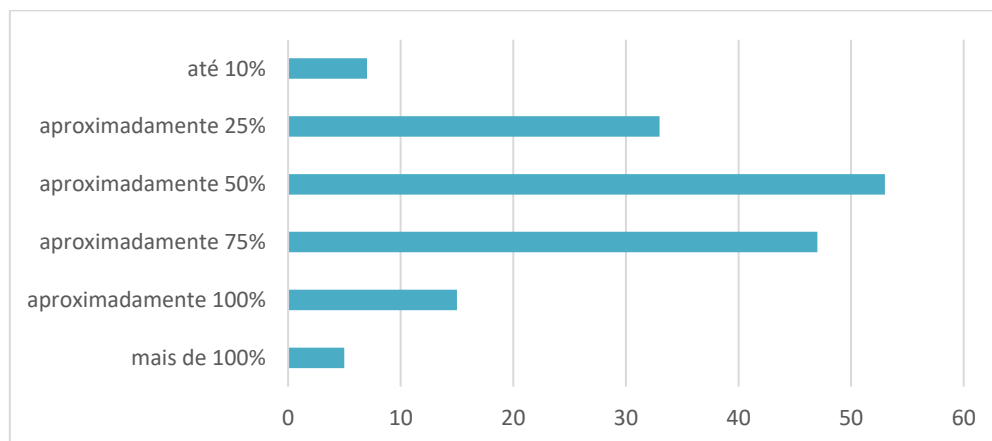
Gráfico 1 - Quantidade de participantes por posto/graduação



Fonte: Autoral (2023).

Segundo a pesquisa feita pela CNC (2023), constatou-se que mais de 60% das famílias do Pará encontram-se endividadas. Para validar a relevância do tema proposto, foi importante investigar se esta condição financeira é reproduzida pelos integrantes da pesquisa no que tange ao endividamento, tem-se o percentual de comprometimento de renda:

Gráfico 2 - Percentual de comprometimento da renda mensal

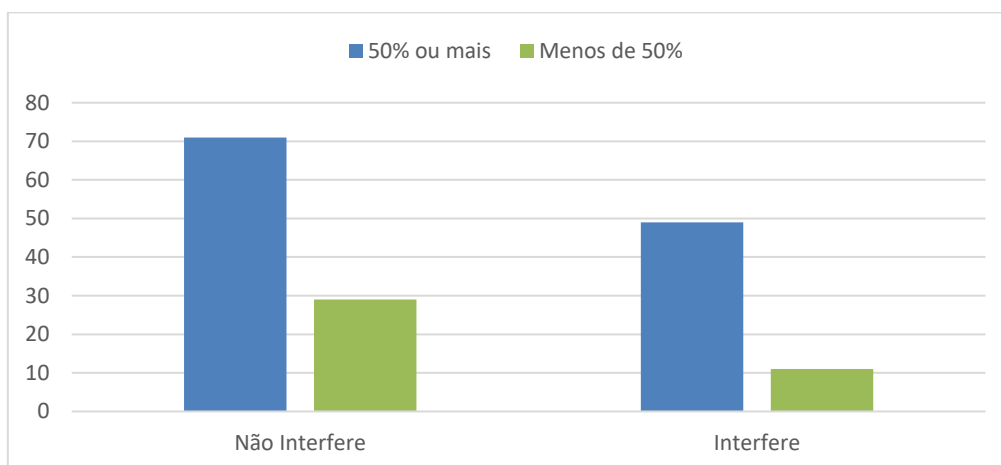


Fonte: Autoral (2023).

Como se nota a grande maioria dos entrevistados (120) possui mais da metade da sua renda mensal comprometida com dívidas, tal valor representa exatamente 75% do total de 160 participantes, este percentual é ainda maior que a média do endividamento das famílias paraenses. Este fenômeno acaba por corroborar com o fato de que os servidores de segurança pública estão mais suscetíveis ao endividamento excessivo.

Pereira (2004) trouxe à tona que a realização desses serviços desvinculados da atividade profissional, compromete o desempenho policial, uma vez que ao invés de estar descansando em seu período de folga, o policial realiza outra atividade fora. Devido a isso, é interessante entender se a situação financeira do policial interfere no seu desempenho profissional, como é mostrado a seguir:

Gráfico 3 - Quanto a Interferências das dívidas no trabalho

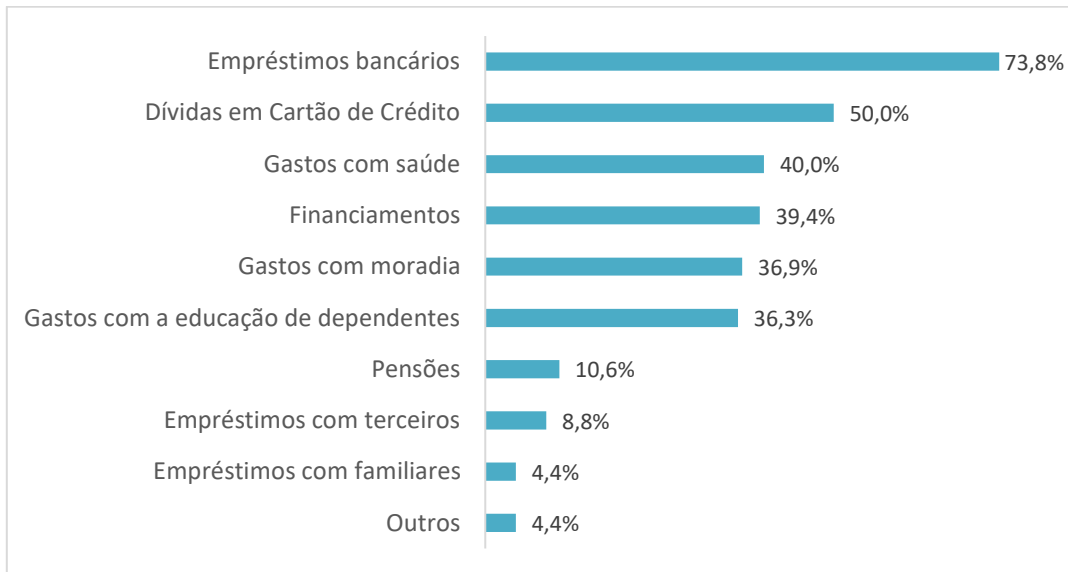


Fonte: Autoral (2023).

Dos participantes que afirmam que a sua situação financeira interfere no seu desempenho profissional, se tem que a grande maioria está com 50% ou mais de sua renda mensal comprometida. O endividamento pode ser considerado fator agravante na saúde de um policial e como expõe Farias (2022) a situação de estresse causada pelo endividamento pode afetar o desempenho dos policiais militares em suas funções.

Diante desta discussão, torna-se imprescindível investigar quais são as dificuldades que direcionam para que mais da metade dos entrevistados estejam com seu salário comprometido com dívidas.

Gráfico 4 - Desafios financeiros



Fonte: Autoral (2023).

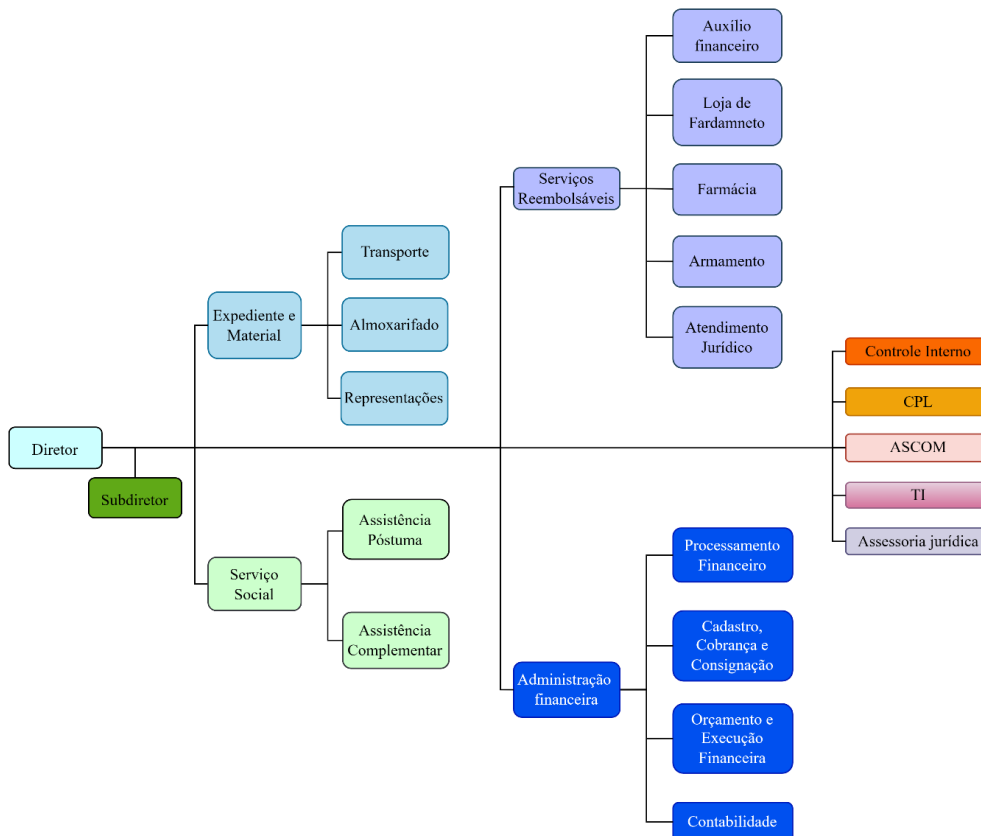
Perante o que é apresentado, os participantes marcaram mais de um desafio financeiro, sendo assim é nítido que 73,8% deles tem parte dos seus salários comprometidos com empréstimos bancários. Nesse ponto, Duarte (2020) elucida que é comum durante a vida de uma pessoa ela precise realizar algum tipo de empréstimo, porém, isto deve ser um evento não recorrente na vida deste indivíduo.

Para além disso, também foram selecionados pelos participantes como sendo alguns dos desafios financeiros enfrentados, gastos em consumos essenciais como saúde, educação e moradia, chegando a aproximadamente metade dos comprometimentos. Enquanto, essas despesas básicas que o Estado não assume tem restringido grande parte dos salários com pagamentos que estão sendo destinados aos produtos financeiros que surgem para amparar o trabalhador, conforme destaca Ferreira (2018) em que: à medida que não se tem acesso à habitação, o mercado oferece uma série de facilidades para alcançar o sonho da casa própria. Se o acesso à educação é restrito, financiamentos educacionais garantem a formação superior e até a pós-graduação em instituições privadas. O autor finaliza sintetizando que para toda e qualquer necessidade que o Estado não assume, surge um produto financeiro para amparar o trabalhador, sob pena de comprometer uma grande fatia do seu salário com pagamentos religiosos às instituições financeiras.

4 FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA POLÍCIA MILITAR DO PARÁ (FASMPA)

Contudo, também é preciso entender como o Fundo da PMPA exerce suas ações estratégicas. Atualmente, segundo dados disponibilizados pelo próprio fundo, o FASPM congrega por volta de 16 mil associados, bem como é composto por diferentes áreas, são elas: jurídica, administrativa, financeira, entre outras. Encontram-se distribuídos na estrutura organizacional, constatada pelo organograma a seguir:

Gráfico 3 - Organograma do FASPM



Fonte: FASPM, 2023 (Adaptado pela Autora).

Para este trabalho, cabe abordar a seção de Serviço Social do FASPM, compreendendo como funciona a atuação do profissional de assistência social nesse âmbito, ela acontece por meio do atendimento social, através dos diversos instrumentais utilizado por este profissional, com destaque para realização de visitas domiciliares; elaboração de pareceres e estudos sociais dos policiais militares que recorram para o atendimento das demandas sociais apresentadas. O fundo presta diversos serviços para estes associados e seus dependentes.

Nessa perspectiva, a instituição auxilia os militares e seus dependentes, prescrito na legislação como seu objetivo e finalidade, utilizando de todo esse conjunto de instrumentos

técnicos para atender as solicitações dos associados e seus dependentes, nos seus diversos serviços e benefícios prestados. Isso posto, a instituição corrobora no intuito de ampliação dos benefícios aos militares, indo além de concessões realizadas pela PMPA, para a garantia dos seus direitos.

Quanto as solicitações dos serviços atendidas pelo fundo no ano de 2023, apresenta-se:

Tabela 2 - Solicitações atendidas pelo FASPMMA até nov/2023

Serviços	Quantidade
Hospedagem	2001
Apoio de Condução	1333
Atendimentos Serviço Social	499
Passagens (aérea, rodoviária e fluvial)	346
Doação de Medicamentos e Correlatos	283
Kit Fralda	186
Pecúlio	51
Auxílio Funeral	49
Cautela de órtese	29
Doação de órtese/prótese	11
Visita Institucional	7
Auxílio Funeral de Dependente	6
Visita Hospitalar	2
Auxílio Funeral reembolsável (FASPM)	1
TOTAL	4804

Fonte: FASPMMA, 2023 (Adaptado pela Autora).

Sendo possível perceber, a partir dos resultados obtidos anteriormente, que muitos policiais militares se encontram na situação de endividamento, e com base nos serviços oferecidos pelo Fundo, é cabível afirmar que este atua posterior ao problema com as prestações de serviços, e não de forma preventiva.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, é possível concluir que a abordagem entre a interseção do serviço social e o endividamento entre militares, especificamente a Polícia Militar do Estado do Pará, são relevantes para entender os impactos desta questão social na classe, bem como apresentar as ações estratégicas e intervenções do serviço social por meio do FASPM, visando contribuir para o bem-estar e qualidade de vida dos policiais e suas famílias, haja vista, a importância

da orientação destes para evitar problemas no futuro e garantir a melhoria na qualidade dos serviços prestados.

Contudo, é crucial reconhecer que este é um campo vasto e dinâmico, permeado por nuances complexas que transcendem os limites desta pesquisa. As diversas variáveis envolvidas, desde questões salariais até políticas de crédito e intervenções do Serviço Social, indicam a necessidade de uma investigação mais aprofundada.

REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Empréstimo consignado**: características, acesso e uso. Departamento de Promoção da Cidadania Financeira (DEPEF), do Banco Central do Brasil. Contribuições de MOTTA, Eugênia. Série Cidadania Financeira, 2018. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/nor/releidfin/docs/art7_emprestimo_consignado.pdf. Acesso em: 30 nov. de 2023.

BRASIL. **Decreto nº 8.690**, de 11 de março de 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8690.htm>. Acesso em: 19 out 2023.

BRASIL. Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003. **Diário Oficial da União**. Presidente da República. Brasília, DF, 2003.

BRASIL. Lei nº 13.172, de 21 de outubro de 2015. **Diário Oficial da União**. Presidente da República. Brasília, DF, 2015.

BRASIL. Lei nº 14.131, de 30 de março de 2021. **Diário Oficial da União**. Presidente da República. Brasília, DF, 2021.

CNC. **Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor no Pará**. FECOMERCIO-PA. 2023. Disponível em: <<https://www.fecomercio-pa.com.br/produto/21>> Acesso em: 20 nov. 2023.

DUARTE, Alessandro Gomes. **Educação financeira e o impacto na percepção da saúde mental dos militares do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal**. Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, Brasília, 2020.

FARIAS, Carlos Manoel. **Um estudo sobre educação financeira e endividamento de policiais militares do estado do Rio Grande do Norte**. UFRN, 2022.

FASPMPA. **Sobre o FASPM**. 2023. Disponível em: <https://faspmpa.com.br/historico/> Acesso em: 16 de set. 2023.

FERREIRA, Camila Caroline. **O endividamento dos trabalhadores no brasil**: uma expressão da questão social em tempo de capital fetiche. In: ENPESS, XVI, Vitória-ES. Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 2018.

FERREIRA, Rodrigo. **Como planejar, organizar e controlar seu dinheiro**. São Paulo: Thomson IOB, 2006.

LOUREIRO, Daniel Dias. **Endividamento do servidor público**: a possibilidade de estudo da realidade do MPDFT sob a perspectiva do PES. (Dissertação de Mestrado). Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Brasília-DF, 2021.

LUCENA, Diosmar da Silva. **Estudo Sobre A Falta De Planejamento Financeiro E Endividamento De Bombeiros Militares Do Estado Da Paraíba**. Monografia. João Pessoa, 2019.

MACHADO, Pedro Cabrera Rodrigues. **Propensão ao endividamento dos servidores temporários em uma organização militar de Santana do Livramento/RS**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração), Universidade Federal do Pampa, Santana do Livramento, 2022.

MULLER, Karina de Oliveira. **Sociedade de consumo e cultura do endividamento**: estudo de caso sobre os consumidores compulsivos em Porto Alegre, RS. 2010. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

PEREIRA, Juliana Clodilde. **A atividade policial militar como fator desencadeante de problemas de saúde mental**: Um diagnóstico do Serviço Social do Hospital da Polícia Militar de Santa Catarina. Florianópolis, 2004.

PORTELA, A.; BUGHAY, A. F. **Nível de estresse de policiais militares**: comparativo entre sedentários e praticantes de atividade física. Revista Digital, Buenos Aires, ano 11, n. 106, p. 104-114, 2007. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd106/nivel-de-estresse-de-policiais-militares.htm>. Acesso em: 02 set. 2023.

SEPLAD. **Remuneração de Servidores demonstrativos**. 2023. Disponível em: [Remuneração de Servidores demonstrativos – SEPLAD – Secretaria de Planejamento e Administração](#). Acesso em: 28 nov. 2023.

SOARES, J. R.; CARVALHO, A.; TREVISAN, R. L. **Pesquisa de diagnóstico**: o endividamento de servidores públicos estaduais com empréstimos consignados e seus efeitos para o programa de cidadania financeira de Santa Catarina. X congresso CONSAD de Gestão Pública. Brasília, 2017.

THIESEN, R. L.; VILLELA, A. S. S. **A importância da educação financeira como potencializadora da qualidade de vida do policial militar catarinense**. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Formação de Oficiais) - Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.